

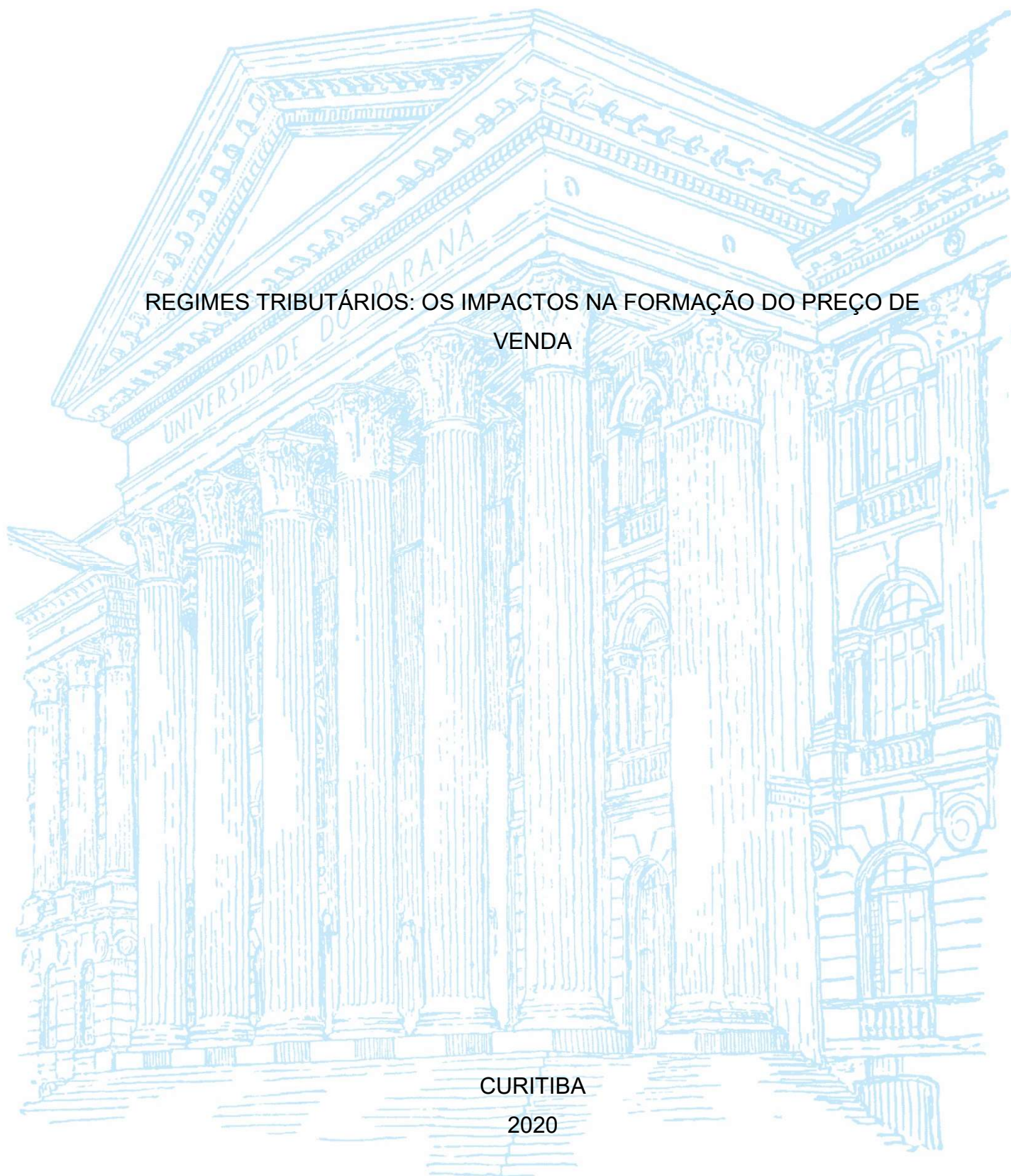
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUANNA PAOLA MACHADO UTIMI

REGIMES TRIBUTÁRIOS: OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE  
VENDA

CURITIBA

2020



KAUANNA PAOLA MACHADO UTIMI

REGIMES TRIBUTÁRIOS: OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE  
VENDA

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão Contábil e Tributária, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em MBA – em Gestão Contábil e Tributária.

Orientador: Prof. Me. Luiz Carlos de Souza

CIDADE

2020

À minha querida vó Odete.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela vida.

Ao meu orientador e também ao negócio local o qual forneceu as informações que me ajudaram a encontrar as soluções para este trabalho.

À Universidade Federal do Paraná por todo o compartilhamento de conhecimento, formando a profissional a qual sou hoje.

Aos meus pais, que sempre apoiaram os meus estudos e até hoje me acompanham de forma constante.

E ao meu marido, que está comigo desde a minha fase colegial, sempre me instigando a alcançar cada vez mais.

## RESUMO

O sistema tributário brasileiro é de grande complexidade e exige da categoria empresarial grande dedicação e estudo de leis e cenários. Tais pesquisas devem ser iniciadas assim que houver o planejamento de abertura de um novo negócio ou revisão do regime tributário já em prática. O primeiro passo é verificar em qual ramo de atividade o empreendimento se encontra, pois, a diferenciação tributária entre indústria, comércio e prestação de serviços é o começo do desafio. Além disso, considerar o faturamento da mesma, para então identificar o melhor enquadramento tributário a ser adotado: MEI, Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real. Dentro de cada um desses enquadramentos há diferentes regras e limitações a serem respeitadas, o que pode gerar diferentes resultados, não só tributários, mas também econômicos e financeiros. Depois disso, deve-se identificar qual o impacto da apuração tributária no preço de venda da mercadoria ou prestação de serviço, uma vez que isso poderá tornar o novo negócio mais competitivo no mercado.

Palavras-chave: Regimes Tributários. Tributos. Planejamento tributário

## **ABSTRACT**

The Brazilian tax system is complexity and requires great dedication and study of laws and scenarios from the business category. Such research should be started as soon as there is a plan to open a new business or review the tax regime already in practice. The first step is to verify in which branch of activity this new enterprise is, therefore, the tax differentiation between industry, commerce and service provision is the beginning of the challenge. In addition, consider the billing of the same, to then identify the best tax regime to be adopted: MEI, Simples Nacional, Assumed Profit or Real Profit. In the each of these tax regime there are different rules and limitations to be respected, which can generate different results, not only tax, but also economic and financial. After that, it is necessary to identify the impact of the tax assessment on the sale price of the goods or service provision, since this may make the new business more competitive in the trade market.

Keywords: Tax Regime. Sales Price. Taxes. Tax Planning.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – TIPOS DE IMPOSTOS DE ACORDO COM A INCIDÊNCIA .....	20
FIGURA 2 – IMPOSTOS POR ÂMBITO RECOLHIDOS NA (DAS) .....	24
FIGURA 3 – PERÍODO DE APURAÇÃO .....	28

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CONTRIBUIÇÃO MEI 2020 .....	23
TABELA 2 – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DO LUCRO SOBRE A RECEITA .	27
TABELA 3 – ALÍQUOTAS E PARTILHAS DO SIMPLES NACIONAL COMÉRCIO ..	32
TABELA 4 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO SIMPLES NACIONAL.....	32
TABELA 5 – DRE POR REGIME TRIBUTÁRIO.....	34
TABELA 6 – RESUMO DO RATEIO POR UNIDADE .....	35
TABELA 7 – FORMAÇÃO DE PREÇO POR REGIME TRIBUTÁRIO.....	36



## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AE – Alíquota efetiva

ALF – Alíquota Fornecida

CF – Constituição Federal

CMV – Custo da Mercadoria Vendida

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

CTV – Custo total de venda

DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda - Pessoa Jurídica.

ISS – Imposto sobre Serviço

LACS – Livro de Apuração da Contribuição Social

LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real

MDK – *Mark-up* divisor

MEI – Microempreendedor Individual

PIS – Programa de Integração Social

PV – Preço de venda

RBT<sup>12</sup> – Receita Bruta Anual

RICMS/PR – Regulamento do ICMS do Paraná

RIPI – Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados

RIR – Regulamento do Imposto de Renda

VD – Valor a deduzir

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	16
1.2.1 Objetivo geral .....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 METODOLOGIA.....	17
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>19</b>
2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....	19
2.2 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	21
2.3 REGIMES TRIBUTÁRIOS.....	22
2.3.1 Microempreendedor individual (MEI).....	23
2.3.2 Simples Nacional.....	23
2.3.3 Lucro Presumido e Arbitrado.....	25
2.3.4 Lucro Real .....	26
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>29</b>
3.1 MÉTODO <i>MARK-UP</i> .....	29
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>31</b>
4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	31
4.2 ANÁLISE COMPARATIVA .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	39
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Interpretar legislações tributárias, analisar enquadramentos tributários e realizar um planejamento podem ser tarefas difíceis a se realizar no Brasil, uma vez que as alterações nas leis são frequentes, as opções de regimes são múltiplas e os impactos são significativos.

Para Andrade, Lins e Borges (2013) a contabilidade tributária auxilia na tomada de decisões adequadas e interpretar de forma ampla fatores econômicos da legislação tributária. Isto porque, um planejamento tributário adequado é de grande impacto para a saúde financeira de uma companhia, em virtude dos altos impostos cobrados em nossa país.

Com este cenário, os empresários brasileiros buscam diferentes soluções a fim de reduzirem os custos com a carga tributária, de forma lícita, sem que haja uma sonegação fiscal. Começar pela escolha do regime tributário já é um demonstrativo do quanto lucrativo pode ser este planejamento, uma vez que há diferenças significativas nos tributos pagos em cada um deles, gerando impactos fiscais, econômicos e até mesmo comerciais, como veremos no caso prático.

Sabendo destas considerações, este trabalho buscará responder a seguinte pergunta: qual o real impacto da escolha do regime tributário no preço de venda de um produto de uma empresa?

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Com as dificuldades atuais, buscaremos apresentar os tributos, regimes tributários e um estudo de caso com o objetivo de demonstrar o impacto das escolhas tributárias no preço de venda final da mercadoria.

### 1.2 OBJETIVOS

Demonstrar e analisar o impacto da escolha do regime tributário no preço de venda de um produto de uma empresa.

### 1.2.1 Objetivo geral

Demonstrar como a escolha do tipo de regime tributário pode gerar impactos no preço de venda do produto de uma companhia e as diferentes cargas tributárias ostentadas em cada um dos regimes aplicáveis.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar os principais tributos brasileiros.
- Relatar as regras e limitações dos regimes tributários.
- Exibir a forma técnica da formação do preço de venda.
- Comparar as diferenças dos preços de venda em cada regime tributário aplicável.
- Identificar o regime mais vantajoso para a empresa analisada.

Os tributos acompanham os empreendimentos desde sua abertura e defende que para que haja geração de riqueza é necessário assimilar a sua constituição legal, bem como, os impactos tributários. Além disso, os empreendedores devem atinar-se a qualidade das informações, pois impactarão na produtividade, competitividade, lucratividade e principalmente na apuração dos impostos (PADOVEZE, C. L. *et. al.*, 2017).

## 1.3 METODOLOGIA

Será utilizado a abordagem de pesquisa qualitativa, que para Moresi *et. al.* (2003) é uma ferramenta útil para determinar o que é importante e porquê. Outrossim, identifica questões-chaves e perguntas formuladas ajudando a desvendar a importância buscada.

Selltiz, Wrightsman e Cook (1987) defendem que método de pesquisa exploratório se baseia em pesquisas qualitativas pautadas em observações. O presente trabalho fundamenta-se em publicações, leis, decretos, livros e artigos que discutem empenhadamente o problema.

Após a revisão de literatura, onde será discorrido um breve histórico e conceituação do sistema tributário brasileiro e também uma consideração sobre os tipos de regimes tributários, busca-se com isso, evidenciar um estudo de caso, sendo possível analisar e comparar dados dos regimes de arrecadações e suas influências no preço de venda do produto final, bem como uma conclusão analítica sobre os resultados. Busca-se ainda, demonstrar a importância da escolha do tipo de regime tributário, não somente do ramo comercial, conforme a empresa do *case* estudado, mas para todas as categorias empreendedoras nacionais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O sistema tributário brasileiro começou a ter um formato mais moderno, por meio da Emenda Constitucional 18 em 1965. No artigo 1º foi trouxe a sua forma de composição: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Ele trouxe novas formas de organização e conceituação baseando-se em pareceres econômicos. Desta forma, pode-se criar uma forma única de cobrança tributária na União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A fundamentação deste sistema está nos artigos 145 e 146 da Constituição Federal (CF) de 1988, baseando-se em quatro princípios gerais:

- i. Princípio da Reserva Legal (art. 150, I, CF e art. 9º, I, do CTN) – o aumento da cobrança tributária só poderá acontecer após lei estabelecida.
- ii. Princípio da Anterioridade (CF, art. 150, III) – a cobrança de tributos somente será válida quando ocorrerem fatos geradores a partir da vigência da lei, bem como no mesmo exercício financeiro.
- iii. Princípio da Isonomia (CF, (art. 150, II) – determina que todos devem ser tratados de forma igualitária perante a lei.
- iv. Princípio da Capacidade Contributiva (CF, art. 145, § 1º) – os tributos deverão ter consideração pessoal, ou seja, levar em conta a capacidade econômica do contribuinte.

Lima e Rezende (2019), esclarecem a conceituação da obrigação tributária e de seu sujeito ativo:

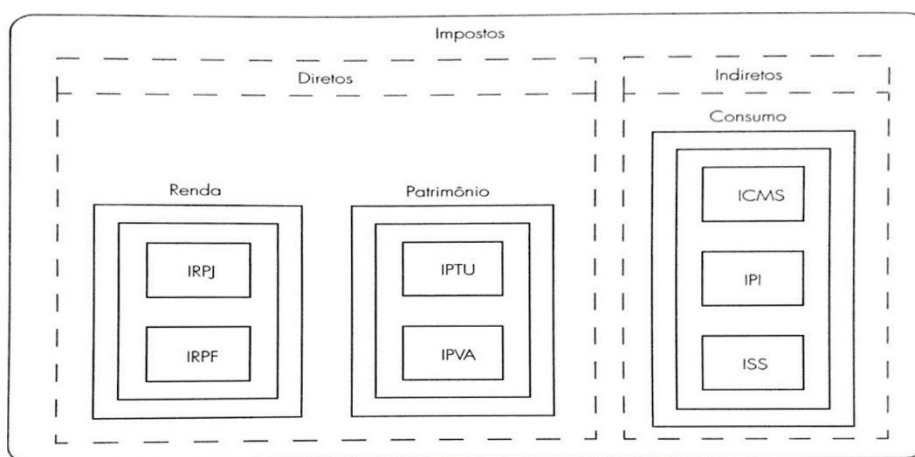
Os sujeitos ativos da obrigação tributária são os entes federados detentores de competências definidas pela CF, tendo poderes para cobrar impostos, enquanto os sujeitos passivos serão sempre os contribuintes. A obrigação tributária configura-se num conjunto de obrigações, direitos e deveres, determinado pelo sujeito ativo, através de lei, ao sujeito passivo, prevista no Código Tributário Nacional, em seu artigo 113. Ela pode ser dividida em obrigação principal, surgida da ocorrência do fato gerador, tendo por

finalidade o pagamento de determinado tributo ou penalidade pecuniária e a obrigação acessória decorrente da legislação tributária, tendo por objetivo as prestações de informações de interesse do ente arrecadador. A obrigação tributária será sempre decorrente de um fato gerador, surgindo sempre que um fato real, previsto em lei, vier a ocorrer. O crédito tributário torna-se líquido através de um lançamento (art. 142, CTN) por meio de ofício (art. 149, CTN), por declaração (art. 147, CTN) e por homologação (art. 150, CTN). (LIMA E REZENDE, 2019, 242).

Conforme já citado, o sistema tributário nacional é composto por três diferentes categorias e conceitos de tributos.

O imposto é definido pelo art. 16 do CTN como “o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” (Receita Federal do Brasil, 2020). Este tributo mostra-se como o mais importante para o Governo, uma vez que é através dele que a União, estados e municípios garantem seus orçamentos públicos. Os impostos podem incidir sobre renda ou consumo, isto é, podem ser diretos, quando há pagamento por parte do contribuinte por conta de seus patrimônios; ou impostos indiretos, os quais incidirão no preço final das mercadorias e serviços prestados.

FIGURA 1 – TIPOS DE IMPOSTOS DE ACORDO COM A INCIDÊNCIA



FONTE: Padoveze, *et. al.* (2017)

Segundo Padoveze *et. al.* (2017) a taxa existe somente quando o contribuinte utiliza de algum serviço público de forma efetiva – quando utilizado a qualquer título – ou potencial – quando obrigatória, estará disponível mediante atividade administrativa

– oferecido pela União, estados ou municípios. Ele ressalta também a taxa incidente sobre a exercício regular de poder de polícia de entes públicos.

Segundo o artigo 81º CTN a Contribuição de Melhoria ocorre quando há obra pública com uma valorização imobiliária, ou seja, é considerado o valor dessa valorização para estipular o montante da contribuição que será cobrado pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. (BRASIL, 1966)

Para Amaro (2014) o empréstimo compulsório ocorre quando há uma necessidade do Estado para financiamento do aparelho público. Contudo, este ingresso é temporário pois a restituição do empréstimo é obrigatória.

As contribuições especiais estão dispostas no artigo 149 da Constituição Federal, criadas pela União, por meio de lei ordinária. Elas se diferenciam dos outros tributos pois estão vinculadas à finalidade específica e se enquadram em três tipos: contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico ou contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Diversos estudos são feitos para demonstrar quão pesada é a carga tributária brasileira, podendo chegar a 37% (trinta e sete por cento) do PIB *per capita* mensal de cada brasileiro (IBGE, 2005). Contudo, essa pesquisa busca analisar de forma mais específica qual o impacto desta contribuição em um empreendimento brasileiro.

## 2.2 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O art. 96 do CTN define a Legislação Tributária como leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas que exponham sobre os tributos e o contexto jurídico ligado a eles. Ou seja, é a normal jurídica legal que regulamenta a relação entre os sujeitos ativos e passivos.



Já o art. 101, também do CTN, dispõe sobre a vigência da legislação tributária a qual defende que para ser válida, deverá estar em vigor, ou seja, quarenta e cinco dias após a publicação, conforme o art. 1º do Decreto 4.657 de 1942.

E sua aplicação ocorre conforme art. 105 e 106 do CTN:

Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo 116.

Art. 106. A lei quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta i aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. (BRASIL, 1996).

Estes artigos estão dispostos como causa e consequência, pois um assegura que a lei seja aplicada quando houver o fato gerador, contudo, o contribuinte se assegura de não ser tributado por uma causa sem seu conhecimento.

## 2.3 REGIMES TRIBUTÁRIOS

A escolha do tipo de regime tributário é uma das decisões mais importantes a ser tomada pela pessoa jurídica. A escolha é feita anualmente e varia de acordo com alguns critérios, como a atividade da empresa e seu faturamento com referência no ano calendário anterior.

O impacto dos tributos será na esfera federal, ou seja, o ICMS e o ISS, impostos estadual e municipal, respectivamente, não sofrem alteração com a escolha do tipo do regime. Por isso, este é um importante passo no chamado planejamento tributário, pois a escolha feita no início do ano poderá gerar impactos pelo resto do período.

### 2.3.1 Microempreendedor individual (MEI)

O pequeno empresário que trabalha de forma independente se enquadra nesta modalidade. A escolha deste regime é de acordo com a receita anual limitada a R\$81.000,00 (Oitenta e um mil reais), além disso, não pode ter outro sócio ou participações em outras empresas e pode contratar apenas um funcionário.

Os impostos sobre as vendas são fixos e recolhidos mensalmente, independente do faturamento. Os valores são: R\$ 5,00 a título de ISS para o MEI que tem atividades de prestação de serviços e/ou R\$ 1,00 a título de ICMS para os que exercem atividades de indústria e/ou comércio. Lembrando ainda, do recolhimento à Previdência Social que é de 5% do salário mínimo vigente. (SEBRAE, 2020).

TABELA 1 – CONTRIBUIÇÃO MEI 2020

MEI – Atividade	INSS	ICMS/ISS	Total/mês
Comércio e Indústria - ICMS	52,25	1,00	53,25
Serviços – ISS	52,25	5,00	57,25

FONTE: Elaborada pela autora (2020).

### 2.3.2 Simples Nacional

Neste regime, situam-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na esfera da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para que se possa enquadrar, é necessário ter uma receita bruta de até R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), além disso é necessária uma formalização a esta opção. A Lei Complementar nº 123/2006 prevê quais fatos isentam uma pessoa jurídica do tratamento jurídico diferenciado.

FIGURA 2 – IMPOSTOS POR ÂMBITO RECOLHIDOS NA (DAS)

Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)		
Tributos federais	Tributo estadual	Tributo municipal
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)</li> <li>• Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)</li> <li>• Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)</li> <li>• Contribuição para o PIS/Pasep</li> <li>• Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)</li> <li>• Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)</li> </ul>

FONTE: Padoveze, *et. al.* (2017)

Tal tratamento refere-se ao recolhimento de impostos e contribuições unificadas, isto porque a lei Complementar nº 147 de 2014 empregou um documento único de arrecadação (DAS) cobrado mensalmente.

A arrecadação é baseada no tipo de negócio, sendo enquadrada em faixas de acordo com a sua receita bruta anual. As alíquotas e partilhas do Simples Nacional estão dispostas nas tabelas dos anexos da Lei Complementar 123 de 2006.

Além disso, a mesma Lei em seu art. 23, dispõe sobre a compensação de crédito de PIS e COFINS:

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional. (BRASIL, 2014).

Tal compensação deverá ser levada em conta na contabilização dos custos e formação do preço de venda, uma vez que gera retorno ao contribuinte dos valores tributários pagos na etapa de entrada de matéria-prima.

### 2.3.3 Lucro Presumido e Arbitrado

É previsto também pela legislação a opção pelo regime do Lucro Presumido. Nele enquadram-se empresas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00 (Setenta e oito milhões de reais) ou mensal de até R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais) pelo número de meses de atividade, conforme previsto na Lei nº 9.718, de 27 de maio de 1998, em seu art. 13:

Art.13 A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. (BRASIL, 1998)

Neste caso, deixa-se de realizar a tributação pelo lucro contábil e passa-se a determinar os recolhimentos conforme a receita bruta. Segundo Padoveze *et. al.* (2017) a principal intenção da legislação é a simplificação do processo de cálculo e arrecadação.

O período de apuração é trimestral, sendo 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro do ano-calendário vigente. Os impostos recolhidos são PIS e COFINS (mensal), IRPJ e CSLL (trimestral sobre a presunção de lucro).

Segundo Alcaide *et. al.* (2017) as alíquotas de presunção podem variar de acordo com o tipo de operação da empresa, podendo estar entre 1,6% até 32% sobre o valor do faturamento para o IRPJ e para a CSLL entre 12% ou 32% conforme TABELA 2. A base de cálculo é adquirida através da multiplicação do faturamento pelo percentual de presunção. E caso haja algum outro tipo de receita, poderá ser adicionada a esta base.

As alíquotas incidentes são: 15% de imposto de renda, com adicional de 10% se a base de cálculo exceder por ano ou R\$ 60.000 por trimestre; e 9% de CSLL. Já para PIS e COFINS, as alíquotas serão 0,65% e 3%, respectivamente.

O regime é cumulativo, ou seja, não se pode realizar compensação de créditos de PIS e COFINS (Receita Federal do Brasil, 2020).

Já o Lucro Arbitrado é uma dilatação do Lucro Presumido. Pode ser utilizado pela autoridade fiscal se não existir uma escrituração contábil. Mas também pode ser

adotada pelo contribuinte de forma espontânea, contudo haverá acréscimo de 20% do valor a ser recolhido do IR quando comparado ao Lucro Presumido. Em princípio não há vantagens reais pela escolha deste regime.

#### 2.3.4 Lucro Real

Chega-se ao regime básico de tributação, isto porque os anteriores são opções permitidas somente quando se enquadra nos requisitos exigidos. No Lucro Real as empresas serão contribuintes de IRPJ e CSLL sobre o lucro tributável. Ademais do PIS e COFINS sobre o faturamento.

Segundo o art. 35 da Lei nº 8.981/95 o Lucro Real é apurado com base na diferença entre o valor devido e o valor já recolhido:

Art. 35. A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, através de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, inclusive adicional, calculado com base no lucro real do período em curso.

§ 1º Os balanços ou balancetes de que trata este artigo:

- a) deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no livro Diário;
- b) somente produzirão efeitos para determinação da parcela do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro devidos no decorrer do ano-calendário. (BRASIL, 1995).

O período de apuração, com datas específicas (FIGURA 3), do IRPJ e da CSLL estipulado pela legislação é o período trimestral (Art. 217 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR – 2018). Porém a empresa pode optar pelo regime anual, contudo os recolhimentos deverão ocorrer mensalmente, sendo calculado por estimativa. Caso a opção seja pela apuração trimestral, a apuração do lucro se dará através das demonstrações financeiras, a chamada DRE com adições, exclusões e compensações controladas pelo Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e no Livro de Apuração da Contribuição Social (LACS).

TABELA 2 – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DO LUCRO SOBRE A RECEITA

<b>Espécies de atividades</b>	<b>Percentuais sobre a receita</b>
Revenda a varejo de combustíveis e gás natural	1,60%
Venda de mercadorias ou produtos	
Transporte de cargas	
Atividades imobiliárias (compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis)	
Serviços hospitalares	8%
Atividade Rural	
Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante	
Outras atividades não especificadas (exceto prestação de serviços)	
Serviços de transporte (exceto o de cargas)	
Serviços gerais com receita bruta até R\$ 120.000/ano	16%
Serviços profissionais (Sociedades Simples - SS, médicos, dentistas, advogados, contadores, auditores, engenheiros, consultores, economistas, etc.)	
Intermediação de negócios	
Administração, locação ou cessão de bens móveis/imóveis ou direitos	32%
Serviços de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra (ADN Cosit 6/97).	
Serviços em geral, para os quais não haja previsão de percentual específico	IN SRF 152/1998
Comercialização de veículos usados	
No caso de exploração de atividades diversificadas, será aplicado sobre a receita bruta de cada atividade o respectivo percentual	1,6 a 32%

FONTE: Lei 9.249, artigo 15, §1º (1995).

As alíquotas aplicadas serão de 15% de IRPJ sobre a base de cálculo somada a 10% se valor desta base ultrapassar R\$20.000,00 (Vinte mil reais) por mês. Para a CSLL a alíquota será de 9% sobre a mesma base. Já para PIS e COFINS as alíquotas aplicadas sobre o faturamento são de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Sendo regime não-cumulativo, ou seja, há aproveitamento de crédito. Porém, tratando-se de receita financeira, a incidência do PIS e da COFINS serão de 0,65% e 3%, respectivamente (Receita Federal do Brasil, 2017).

FIGURA 3 – PERÍODO DE APURAÇÃO

Período de apuração do IR e da CSLL (Lucro Real)		
Trimestral	Anual	
	Estimativa mensal	
31/03	31/01	Apuração mensal por: SUSPENSÃO* REDUÇÃO* OU DISPENSA DO IMPOSTO*  *São necessários Balanços ou Balançotes mensais evidenciando a base de cálculo pelo Lucro Real
	28/02	
	31/03	
30/06	30/04	
	31/05	
	30/06	
30/09	31/07	
	31/08	
	30/09	
31/12	31/10	
	30/11	
	31/12	

FONTE: Padoveze, et. al. (2017)

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

Os métodos adotados neste trabalho terão como objetivo permear uma ampla visão da pesquisa, com o intuito de se alcançar os objetivos da mesma. Segundo Rhoden (2006), eles auxiliam na solução do problema por meios metodológicos.

O objetivo deste estudo é de ampliar a visão a respeito dos regimes tributários brasileiros e como suas cargas de tributos irão interferir no preço de venda de uma mercadoria, concluindo então qual será a melhor escolha a ser feita pelo empreendimento.

Nesse momento, será usado como exemplo dados de um restaurante, e serão selecionados os produtos que são responsáveis pelo maior percentual da receita. Assim, é possível constatar qual é o impacto do regime tributário estudado na formação do preço de venda.

#### 3.1 MÉTODO MARK-UP

O uso do método *mark-up* se baseia no custo da mercadoria ou serviço acrescido de uma margem (*mark-up*) para incluir gastos não incluídos originalmente no custo, como: tributos, comissões sobre o preço e o lucro desejado. Para Santos (1995) este método baseia-se basicamente em somar ao custo unitário dos produtos, uma margem fixa a fim de oferecer uma margem desejada de lucro. Mas para Bernardi (1998) o *mark-up* é um percentual que irá juntar-se aos custos e despesas, ou seja, não necessariamente deve ser aplicado igualmente a todos os bens e serviços.

Lere (1979 apud SANTOS, 1995) sugere algumas regras necessárias para utilização deste método com base no custo. Para ele é necessário: (a) determinar o custo do produto; (b) determinar o percentual de margem a ser aplicado; (c) multiplicar o percentual de margem pelo custo do produto, para obtenção da margem em unidades monetárias; e (d) somar a margem monetária ao custo do produto, para determinar o preço.

Segundo Oliveira (2012) o percentual a ser multiplicado pelo custo poderá variar conforme a base de custeio escolhida e que as variações mais utilizadas são as seguintes:

- a) *Mark-up* com base no custo pleno;
- b) *Mark-up* com base no custeio por absorção;



- c) *Mark-up* com base no custo variável;
- d) *Mark-up* com base no custo de transformação;
- e) *Mark-up* com base no custo orçado ou estimado; e
- f) *Mark-up* com base no custo-padrão

No presente trabalho, utiliza-se o *Mark-up* com base no custo-padrão, que é ainda por ele definido como:

No método mark-up com base no custo-padrão, aplica-se um percentual multiplicador ou divisor sobre os custos previamente calculados de acordo com o conceito padrão, ou seja, custos cientificamente apurados, sem imputar ineficiência ou anormalidades de produção, venda ou distribuição. (OLIVEIRA, 2012, 45).

Ademais o método é dividido em duas categorias: *mark-up* divisor e *mark-up* multiplicador. Ambos chegarão ao mesmo resultado do preço de venda, apenas possuem aplicações e cálculos distintos. Para fins desta pesquisa, será utilizado o *mark-up* divisor.

A fórmula de cálculo do preço de venda será conforme o chamado *mark-up* divisor (MKD):

$$MKD = (PV_1 - CTV) / 100$$

Onde:

$PV_1$  = Preço de venda (correspondente a 100% da quantidade vendida)

CTV = Custo total de venda

Encontrando o *mark-up* divisor, pode-se chegar ao preço no qual o produto deve ser vendido para se atingir o lucro desejado:

$$PV_2 = CMV/MKD$$

Onde:

$PV_2$  = Preço de venda com índice de lucro

CMV = Custo da mercadoria vendida

MKD = *Mark-up* divisor

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os procedimentos apresentados neste capítulo, visam uma análise comparativa entre os três tipos de regimes tributários aplicáveis à empresa: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, podendo verificar qual deles oferece o menor preço de venda, a fim de ser mais competitivo no mercado.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

O estudo a seguir contou com a colaboração de uma empresa no ramo comercial, trata-se de um restaurante de comidas saudáveis, o qual serve refeições, sucos, cafés e bolos, e está situado na capital Curitiba, no estado do Paraná.

Os dados informados pelo contador do restaurante são referentes ao ano de 2019, sendo atualmente optante pelo Simples Nacional. Ademais, o levantamento feito apresentou um faturamento anual de aproximadamente R\$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais); por isso, não será considerado nas análises o regime tributário MEI, uma vez que ultrapassa o limite fiscal de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) anuais, dessa modalidade. Além disso, com esta informação, averigua-se que o estabelecimento obedece às regras de enquadramento tanto do Simples Nacional, como Lucro Presumido e também Lucro Real. Por isso, estes serão os regimes considerados para efeitos de comparação.

Dos produtos disponíveis no cardápio, serão feitas análises das refeições e bolos, os quais são responsáveis por 70% (setenta por cento) da receita total do restaurante, conforme informação obtida com o contador, proporcionando maior confiança ao presente estudo de caso.

Inicialmente, buscou-se saber em qual faixa de receita bruta a empresa estava enquadrada, para efeitos Simples Nacional. Mediante essa identificação, é possível se apurar a base de cálculo dos tributos, alíquota aplicável e apuração do tributo devido, para fins de recolhimento. Ato contínuo, agregando-se outras informações (custos e despesas), pode-se elaborar uma Demonstração do Resultado (DRE), inclusive, de forma comparativa, entre os três regimes selecionados.

Tratando-se de um restaurante, deve ser aplicada a tabela de comércio disponível no Anexo I da Lei Complementar nº 123/2006 conforme TABELA 3, abaixo:

TABELA 3 – ALÍQUOTAS E PARTILHAS DO SIMPLES NACIONAL COMÉRCIO

	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

FONTE: Lei 126, anexo I (2006).

Como se depara com a tabela acima, o restaurante auferiu uma Receita Bruta Anual de R\$ 1.200.000,00, já citada anteriormente, portanto se enquadra na 4ª faixa, tendo como alíquota nominal 10,70% e valor de dedução de R\$22.500,00. Entretanto, tal percentual e valor refere-se a doze meses. Diante disso, se faz necessário calcular a alíquota efetiva mensal, mediante a seguinte fórmula abaixo:

$$AE = (RBT^{12} \times ALF - VD) / RBT^{12}$$

Onde:

AE = Alíquota efetiva

RBT<sup>12</sup> = Receita Bruta Anual

ALF = Alíquota Fornecida (Nominal)

VD = Valor a deduzir

O resultado desta função (8,83%) - tabela 4 - será aplicado na Receita do Mês devido, para apurar o imposto unificado do mês (DAS – Documento Único de Arrecadação).

TABELA 4 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO SIMPLES NACIONAL

RB anual	1.200.000,00
Percentual da 4ª faixa	10,70%
Valor a ser deduzido do recolhimento	22.500,00
Valor do recolhimento bruto	128.400,00
Valor do recolhimento líquido	105.900,00
Alíquota efetiva	8,83%

FONTE: Elaborada pela autora (2020)

As informações do imposto devido e da receita auferida integram a DRE, portanto, são comparativas com outros regimes.

Quanto ao Lucro Presumido, os critérios são diferentes do Simples Nacional. Logo, se deve considerar a presunção do lucro presumido, de acordo com a Lei nº 9.249 de 1995 em seus artigos 15 e 20, onde os percentuais que devem ser considerados, são de 8% para IRPJ e de 12% para CSLL, respectivamente.

Ademais, o Regulamento do ICMS do Paraná (RICMS/PR) em seu artigo 17, inciso V regulamenta alíquota de 18% para operações internas. Já em seu artigo 25, esclarece que se pode creditar do montante cobrado na etapa anterior, quando tratar-se da entrada da mercadoria.

## 4.2 ANÁLISE COMPARATIVA

Feitas essas considerações, será visto a DRE (TABELA 5) do estabelecimento, utilizando os dados de receita bruta de R\$100.000,00 (Cem mil reais) mensal e custo da mercadoria vendida (CMV) de R\$41.000,00 (Quarenta e um mil reais), conforme informado pelo contador.

Segundo o Regulamento do IPI (RIPI), artigo 5, inciso I, alínea a, não haverá incidência do imposto o preparo de alimentos, desde que não acondicionados em embalagem de apresentação. Desta forma, não serão apurados esses cálculos, no presente trabalho.

Para se conseguir o valor do custo da mercadoria vendida de forma líquida, é necessário considerar os créditos a serem tomados nos regimes Lucro Presumido e Lucro Real, uma vez que geram impactos na metodologia e não devem ser considerados no regime do Simples Nacional.

A DRE apresentada pela TABELA 5 mostra os totais mensais de receita, custo das mercadorias e o total das despesas fornecidas pelo contador. A fim de se elaborar a demonstração comparativa, antes, é necessário se elaborar a DRE para cada um dos regimes tributários analisados. Considerar-se uma presunção de lucro para cálculo do IRPJ no regime do Lucro Presumido, como 8% sobre o lucro líquido, conforme mostrado na TABELA 2 anteriormente, com alíquota aplicável de 15%. Já para cálculo da CSLL, considerar-se uma presunção de 12% sobre o lucro líquido, conforme Lei 9.249, artigo 15, §1º de 1995, com alíquota aplicável de 9%. As mesmas alíquotas foram aplicadas no regime do Lucro Real, contudo, sobre o lucro líquido

total. É oportuno ressaltar que as refeições e bolos representam 70% da receita auferida. Ou seja, esse percentual perdurará nos rateios dos custos e despesas totais.

TABELA 5 – DRE POR REGIME TRIBUTÁRIO

<b>DRE</b>	<b>Simples</b>	<b>Presumido</b>	<b>Real</b>
<b>Receita</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
(-) ICMS	-	18.000,00	18.000,00
(-) PIS	-	650,00	1.650,00
(-) COFINS	-	3.000,00	7.600,00
(-) Simples	8.830,00		
<b>Total Impostos sobre venda</b>	<b>8.830,00</b>	<b>21.650,00</b>	<b>27.250,00</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>91.170,00</b>	<b>78.350,00</b>	<b>72.750,00</b>
(-) CMV	41.000,00	41.000,00	41.000,00
<b>Lucro Bruto</b>	<b>50.170,00</b>	<b>37.350,00</b>	<b>31.750,00</b>
(-) MO	15.000,00	15.000,00	15.000,00
(-) Água, Luz e Telefone	2.500,00	2.500,00	2.500,00
(-) Limpeza	1.500,00	1.500,00	1.500,00
(-) Aluguel	5.000,00	5.000,00	5.000,00
<b>Lucro Líquido</b>	<b>26.170,00</b>	<b>13.350,00</b>	<b>7.750,00</b>
Presunção do lucro IRPJ	-	8.000,00	-
(-) IRPJ	-	1.200,00	1.162,50
(-) Adicional	-	-	-
Presunção do lucro CSLL	-	12.000,00	-
(-) CSLL	-	1.080,00	697,50
<b>Lucro Final</b>	<b>26.170,00</b>	<b>11.070,00</b>	<b>5.890,00</b>

FONTE: Dados fornecidos pelo contador. Elaborada pela autora (2020).

Para apresentação dos dados de forma unitária, foi elaborado um quadro resumo dos custos e cargas tributárias em cada um dos regimes. Para isso, atinou-se que o preço médio praticado (refeições e bolos) no último ano foi de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais). Com este dado, foi realizado um cristalino cálculo com a receita bruta auferida e chega-se a uma quantidade mensal vendida de 2.000 produtos.

Ademais, considerando o percentual de 70% sobre o custo total (R\$41.000,00), chega-se a um resultado equivalente a R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil reais), ou seja, este será o custo da mercadoria considerado para as refeições e bolos. O mesmo será feito para as despesas, sendo um total de R\$ 24.000 (vinte e quatro mil reais), multiplicado pelo percentual de 70%, auferindo uma despesa rateada no valor de R\$16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). Ao se dividir os resultados

obtidos pela quantidade média calculada de 2.000 unidades, encontra-se os valores unitários conforme apresentado na TABELA 6, abaixo:

Foi elaborada uma tabela que resume as receitas, custos, impostos, créditos e lucro final por unidade de mercadoria (TABELA 6) para que seja possível enxergar os custos da mercadoria vendida e aplicar o método *mark-up* para formar o preço de venda de cada um dos regimes tributários analisados.

TABELA 6 – RESUMO DO RATEIO POR UNIDADE

Rateio/unid.	Simple	Presumido	Real
Receita	35,00	35,00	35,00
(-) Total de impostos	3,09	7,58	9,54
(-) CMV	14,35	14,35	14,35
(+) Total de créditos sobre impostos	-	2,58	3,91
(-) Total de despesas	8,40	8,40	8,40
<b>Lucro Final</b>	<b>9,16</b>	<b>7,26</b>	<b>6,62</b>

FONTE: Dados fornecidos pelo contador. Elaborada pela autora (2020).

Verifica-se a partir desta tabela, quais são os montantes de impostos, custos e lucro alcançados em cada unidade de mercadoria estudada vendida. Além disso, tratando-se de carga tributária, pode-se enxergar em qual regime tributário a carga tributária se encontra mais onerosa e diante disso, auxiliar na tomada de decisão para a escolha do regime que proporcione maior economia legal tributária.

A partir destes dados, se faz necessário considerar na composição do preço de venda pelo método *mark-up* que o custo da mercadoria deverá ser líquido, bem como, usar os créditos dos impostos pagos na entrada dos insumos, caso aplicável no regime em questão. Como pode ser observado, este é o segundo ponto onde se nota a diferença entre os regimes, uma vez que o Simples Nacional inicia sua formação com um custo da mercadoria vendida (CMV) equivalente a R\$14,35 (quatorze reais e trinta e cinco centavos); ao passo que o Lucro Presumido terá um desconto de R\$2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) referente aos créditos de ICMS aplicáveis, partindo de um CMV de R\$ 11,77 (onze reais e setenta e sete centavos); da mesma forma, o Lucro Real adota o mesmo critério, porém utilizando-se de um maior desconto, no valor de R\$3,91 (três reais e noventa e um centavos) referente aos créditos de PIS, COFINS e ICMS aplicáveis, tendo então um CMV no valor de R\$10,44 (dez reais e quarenta e quatro centavos).

Na próxima TABELA (7) – será demonstrado como se dá a formação de preço no método escolhido, adotando-se o critério de rateio das despesas – já aplicado anteriormente – representa uma porcentagem de 13% para as despesas administrativas e de 4% para as despesas comerciais em relação a receita bruta. Além disso, o contador passou a informação que a estimativa de lucro fica na ordem de 25%. Dadas essas informações, aplicou-se o método *mark-up* e sua fórmula de cálculo comparativamente em cada regime tributário, a fim de termos o impacto no preço de venda final, objetivo principal desta pesquisa.

Na TABELA 7 utilizou-se o custo da mercadoria vendida (CMV), de cada regime tributário, auferido na tabela anterior. Já o percentual do Custo Total de Venda (CTV) será obtido através do somatório das alíquotas dos impostos incidentes, dos percentuais de despesas e a porcentagem de lucro desejado. O *Mark-up* divisor (MKD) foi obtido conforme a fórmula apresentada no item 3.1. Como os dados apresentados encontram-se em formatação de percentual, utilizou-se a  $PV = 1$ , logo:  $MKD = 1 - CTV$ . E por último, utilizando a fórmula do  $PV_2$  no item 3,1, chegamos ao preço em que a mercadoria deve ser vendida para se obter o lucro desejado.

TABELA 7 – FORMAÇÃO DE PREÇO POR REGIME TRIBUTÁRIO

Composição do PV		Simple Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
CMV (R\$)		14,35	11,77	10,44
SIMPLES		10,70%	-	-
Impostos	ICMS	-	18%	18%
	PIS	-	0,65%	1,65%
	COFINS	-	3%	7,60%
Despesas administrativas		13%	13%	13%
Despesas comerciais		4%	4%	4%
Lucro desejado		25%	25%	25%
CTV		53%	63%	69%
MKD		48%	37%	31%
<b>PV</b>		<b>30,21</b>	<b>32,19</b>	<b>33,73</b>

FONTE: Elaborado pela autora (2020).

Analisando os dados apresentados observa-se que, apesar de ter o maior custo da mercadoria, o regime do Simples Nacional tende a ter menor incidência de impostos, o que leva a obter um preço de venda menor entre os três regimes estudados. Ademais, deve-se considerar a diferenciação dos créditos que podem ser tomados, sendo de PIS, COFINS e ICMS no Lucro Real e de ICMS no Lucro Presumido.

Outrossim, refere-se a região onde se encontra o estabelecimento estudado, podendo variar a alíquota do ICMS de acordo legislação estadual. A questão burocrática também pode ser um ponto a ser considerado, visto que há muito mais obrigações acessórias no regime tributário Lucro Real o que pode torná-lo ainda menos vantajoso.

Portanto, ao se concluir sobre a formação do preço de venda nos três regimes aplicáveis, se verifica que a melhor escolha para a empresa estudada é o Simples Nacional, uma vez que terá a menor carga tributária e o menor preço de venda, podendo torná-la mais competitiva no mercado onde atua, frente aos seus concorrentes. Desta forma, se consegue afirmar que a empresa está apurando seus impostos no regime mais vantajoso para seu negócio.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi demonstrar como uma escolha tributária pode influenciar em resultados operacionais da empresa. Buscou-se demonstrar através da escolha do tipo de regime tributário, como um planejamento fiscal pode impactar fortemente no resultado final.

A importância do enquadramento tributário correto é assunto de suma importância para todos os empresários brasileiros que iniciam um negócio, ou ainda, que mesmo tendo um empreendimento em atividade, necessita revisitá-lo para analisar se a organização está sempre atenta com as leis, mudanças tributárias, que podem impactar no preço de venda de seus produtos e serviços.

Ressalta-se que para realização desse estudo, foram feitas pesquisas em livros, legislações fiscais, principalmente, as de ordem tributária, contábil e administrativa, tendo como foco principal os regimes tributários, consequentemente, formação de preços de vendas.

Destaque-se também, o pronto atendimento do contador de um restaurante curitibano, colaborando com o abastecimento de informações sobre as atividades operacionais daquele empreendimento.

Por meio das Demonstrações Contábeis, foi possível elaborar Demonstrações de Resultados de forma comparativa, entre os Regimes do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, aplicando-se a formação do preço de venda, conforme a técnica consagrada de mark-up.

Ficou evidente, analisando o preço de venda, que cada regime estudado possui diferentes formas de apuração, diante da escolha feita, cujas mudanças, em tese, são realizadas somente no início de cada ano. Neste estudo, o regime que se mostrou mais econômico para o restaurante, foi o do Simples Nacional.

Tratando-se do viés de economia tributária, pode-se afirmar que a apuração de impostos e créditos impactam diretamente no resultado na empresa, pois ao alterarem o preço de venda, essas escolhas tributárias vão além de um planejamento interno, mas pode também impactar na saúde financeira e no ciclo de vida de uma companhia, com forte crescimento e desenvolvimento.

Finalmente, cabe ressaltar no presente trabalho que todos os objetivos específicos elencados, foram concluídos integralmente.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para pesquisas futuras pode-se analisar qual o impacto da escolha do regime tributário nos diferentes ramos de negócios: indústria, comércio e prestação de serviço. Visto que a incidência tributária é variável entre elas e esta pesquisa limitou-se ao ramo comercial.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível

em: <<https://campuslab.com.br/especialidades/direitotributario/aulas/especies-tributarias-emprestimo-compulsorio-tri-012/conteudos/conceito-de-emprestimocompulsorio-html-tri-tu-075>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

ALCAIDE, M. S. et. al. **Planejamento tributário: um estudo voltado para empresas que buscam sucesso na escolha do seu regime tributário**. Revista Executive On-Line, Bebedouro SP, 2 (1): 156-171, 2017. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaexecutiveonline/sumario/61/08012018190111.pdf>>. Acesso em: 04. jul. 2020.

ANDRADE, E. S. M.; LINS, L. S.; BORGES, V. L. **Contabilidade Tributária Um Enfoque Prático nas Áreas Federal, Estadual e Municipal**. São Paulo, Ed. Atlas S.A. 2013.

BRASIL. **Sistema Tributário Nacional**. Decreto nº 5.172, de 25 de outubro de 1996. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicável a União, Estados e Municípios. Planalto, Brasília, DF, 25 out. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm)> Acesso em: 08 de jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. – Artigo 149. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. SEBRAE. **As atividades permitidas ao MEI, de A a Z**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/as-atividades-permitidas-ao-mei-de-a-a-z,3bd968b8edbee610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Regulamento do Imposto de Renda**. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Planalto, Brasília, DF, 22 nov. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm)> Acesso em: 09 de jul. 2020.

BRASIL. **Alteração da legislação do imposto de renda e da contribuição social**. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Dispõe sobre as alterações na legislação do IRPJ e CSLL. Planalto, Brasília, DF, 26 dez. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm)> Acesso em: 19 de jul. 2020.

BRASIL. **Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI**. Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Planalto, Brasília, DF, 26 dez. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm)>  
Acesso em: 19 de jul. 2020.

BRASIL. **Reforma do Sistema Tributário**. Emenda Constitucional Nº 18, de 01 de dezembro de 1965. Planalto, Brasília, DF, 01 dez. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc18-65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc18-65)> Acesso em: 29 de jul. 2020.

BRASIL. **Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**. Decreto-Lei Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Planalto, Brasília, DF, 4 de set. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del4657.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm#)> Acesso em: 29 de jul. 2020.

BRASIL. **Altera a Legislação Tributária Federal**. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Planalto, Brasília, DF, 27 de nov. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9718.htm)> Acesso em: 29 de jul. 2020.

BRASIL. **Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências**. Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. Planalto, Brasília, DF, 20 de jan. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8981.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8981.htm)> Acesso em: 29 de jul. 2020.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Política e formação de preços: uma abordagem competitiva sistêmica e integrada**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury Jose. **Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer**. Interações (Campo Grande), p. 239-255, 2019.

LERE, John C. **Formação dos preços**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979

MORESI, E. et. al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, p. 24, 2003.

OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. **Método de formação dos preços de venda do setor de recapagem de pneus**. Pensar Contábil, v. 14, n. 53, 2012.

PADOVEZE, C.L. et al. **Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino**. 1. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

PARANÁ. **Regulamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação do estado do Paraná**. RICMS/PR. Decreto nº 9 7.871, de 29 de setembro de 2017. Dispõe sobre a regulamentação do ICMS. Curitiba, 29 set. Disponível em:  
<<https://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/106201707871.pdf>>  
Acesso em: 19 de jul. 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **CAPÍTULO XIII – IRPJ – Lucro Presumido 2017**. Brasília, 2016. 41 p. Disponível em:<  
<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientação/tributaria/declaracoes-edemonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoajuridica-2017-arquivos/capitulo-xiii-irpj-lucro-presumido-2017.pdf/view>> - Acesso em: 08 jul. 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **CAPÍTULO XXII – Contribuições para o PIS-Pasep e Confins incidentes sobre a receita ou faturamento 2017**. Brasília, 2016. 135 p. Disponível em:  
<<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-edemonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2017-arquivos/capitulo-xxii-contribuicao-para-o-pis-pasep-e-cofins-incidentes-sobre-a-receita-ou-o-faturamento-2017.pdf>> - Acesso em: 09 de jul. 2020.

RHODEN, Luciane Alice. **Lucro Real X Lucro Presumido: Planejamento Tributário Em Uma Empresa De Construção Civil**. 2006, Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294142>>. Acesso 29 de jul. 2020.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. São Paulo: E.P.U., 1987.

SANTOS, Roberto Vatan dos. **Modelos de decisão para gestão de preço de venda**. Dissertação de Mestrado. FEA/USP. 1995.